

“Renovação” do Serviço Social brasileiro: um *continuum* à ofensiva conservadora

Mirla Cisne*

Luciana Batista de Oliveira Cantalice**

Luciene Araújo***

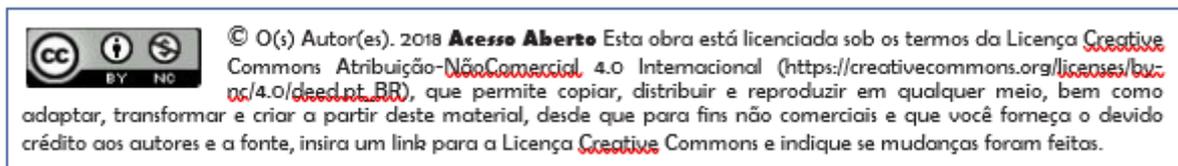
RESUMO: Nosso objetivo geral é analisar as condições sócio históricas do tempo presente, considerando as mediações com os fundamentos do conservadorismo e alguns de seus rebatimentos para o Serviço Social, especialmente em relação aos desafios que a profissão enfrenta em seu processo de “renovação”. Utilizamos o materialismo histórico dialético como método de análise do objeto em questão: Serviço Social, conservadorismo e “renovação” profissional na atualidade. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, de tipo qualitativo. Defendemos como conclusão central, que o processo de “renovação” profissional se configura como um movimento *continuum*, no confronto com as reatualizações conservadoras, o que demanda uma sintonia do Projeto Ético Político do Serviço Social com as lutas classistas, feministas e antirracistas.

Palavras-chave: Serviço Social; conservadorismo; “renovação” profissional

Renovation of brazilian social work: a *continuum* to the conservative approach

ABSTRACT :Our main objective is to analyze the social-historical conditions of present time, considering the mediations between the fundamentals of conservatism and some of its reflections to Social Work, especially in relation to the challenges that the profession faces in its renovation process. We use the dialectic historical materialism as the analysis method of the object concerned: Social Work, conservatism and professional renovation in the present. For this purpose, we realized a bibliographical and documental research, of qualitative kind. We defend the main conclusion, that professional renovation process is configured as a *continuum* movement, in the conservative re-actualizations approach, which demands a harmony of the Ethical Political Project of the Social Work with the classist, feminist and anti-racist battles.

Key-Words: Social Work; conservatism; professional renovation



* Doutora em Serviço Social pela UERJ; Professora de Serviço Social da UERN; Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS); Bolsista Produtividade do CNPq.

** Doutora em Serviço Social pela UERJ; Professora de Serviço Social da UFPB

*** Assistente Social pela UERN; mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais na UERN

Introdução

Vivenciamos na atualidade um avanço ostensivo de movimentos da extrema direita no mundo e, em particular, no Brasil. O símbolo emblemático dessa virada é a eleição de Donald Trump (Partido Republicano) para a presidência dos EUA e no Brasil, o golpe parlamentar-jurídico-midiático contra a ex-presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), que culminou com a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro (Aliança para o Brasil).

Esses partícipes de um projeto e potentes de fundamentos racistas, xenófobas, patriarcais e imperialistas, que substanciam governos que embora figurem em regimes democráticos, têm as suas aspirações e ações mediadas pelo arbítrio e autoritarismo. Afirma-se a negação à diversidade humana e aos direitos sociais, trabalhistas e até mesmo civis, assumem a tônica desse projeto conservador elitista, profundamente enraizado em uma aversão aos pobres, às mulheres (especialmente, as feministas), à população LGBTQIA+, negra, indígena e quilombola.

Além do ataque frontal à diversidade e aos direitos humanos, há também, uma ofensiva contra a natureza, às florestas e aos seus povos. A exploração da natureza sucumbe de forma deliberada aos interesses mercantis em detrimento da vida natural e social. Basta citarmos como exemplos, as queimadas e desmatamentos na Floresta Amazônica, os garimpos ilegais e as grandes hidrelétricas que têm propagado violências e dissipado vidas¹.

As determinações desse processo expressam e encontram sentido no chão histórico construído por uma crise estrutural do capitalismo, que assola mundialmente a economia, o meio ambiente, instituições políticas, como partidos, e se desdobra em uma crise na democracia, que alimenta governos autoritários. Tais mediações são transformadas pelas frações conservadoras e dominantes em força política e seus protagonistas em alternativas, os denominados *outsiders* ou aqueles que representam o “novo”.

Forma-se uma força social heterogênea e prenhe de ideias que conformam uma espécie de “renascimento político conservador”, que por sua vez, visa restaurar valores tradicionais e idílicos. Assim, firma-se um solo fértil para a reprodução da exploração de classe, do racismo e do patriarcado, mediações estruturantes do capitalismo e traços constitutivos da formação social brasileira.

Nesse âmbito, reproduz-se no plano das ideias a dominação estruturada no plano material, ou seja, as relações materiais dominantes são concebidas como ideias (MARX; ENGELS, 2009), como podemos constatar na vigente reatualização do mito da democracia

¹ Ver a tese de Milena Barroso (2018).

racial e da ideologia da meritocracia. Assim, resguardada no berço da ultradireita neoliberal, a empreitada conservadora lança mão de ideologias dominantes para naturalizar e reproduzir desigualdades e opressões.

Nesse ínterim, propomo-nos, como objetivo geral, analisar as condições sócio históricas do tempo presente, considerando as mediações com os fundamentos do conservadorismo moderno e alguns de seus rebatimentos para o Serviço Social, especialmente em relação aos desafios que a profissão enfrenta em seu processo de “renovação” que, aqui, defenderemos como um *continuum*.²

Nos valemos do materialismo histórico dialético como método de análise para entender o nosso objeto de estudo, Serviço Social, conservadorismo e a “renovação” da profissão na atualidade, em uma perspectiva de totalidade, no movimento contraditório e ininterrupto do real. Partimos assim, do entendimento de que por meio de uma perspectiva materialista e de totalidade, “o conhecimento dos fatos se torna possível enquanto conhecimento da realidade” (LUKACS, 2003, p.76). Para tanto, adotamos como fundamento, a teoria marxista, em uma perspectiva classista, feminista e antirracista.

Como método de exposição dos resultados de nossa pesquisa, de tipo bibliográfica, realizaremos inicialmente, um debate sobre as condições sócio históricas da realidade atual como impulso ao avanço do conservadorismo, os fundamentos do conservadorismo moderno e sua relação com as ideologias dominantes para, em seguida, discorreremos sobre rebatimentos do conservadorismo para o Serviço Social, em especial, em tornos das 23 teses do chamado “Serviço Social Libertário”, sobre as quais pautaremos alguns desafios para a “renovação” da profissão.

Nosso intuito é contribuir com o *continuum* de “renovação” do Serviço Social, no enfrentamento ao conservadorismo dentro e fora da profissão, ou seja, na defesa do Projeto Ético-Político e, portanto, da liberdade substantiva³.

Condições sócio históricas para o avanço do conservadorismo na atualidade

A premissa da qual partimos, é que em tempos de crise, propicia-se avanço do

² Cabe destacar que não é nosso objetivo colocar que o Movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro se reedita na atual conjuntura, visto que este movimento tem contexto e mediações sócio históricas particulares no processo de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. O nosso intuito é destacar que o processo de enfrentamento ao conservadorismo na profissão se constitui como diretriz permanente da formação e do trabalho profissional, visto que este perde a hegemonia na profissão nas últimas décadas do século XX, contudo, não foi expurgado da profissão e nem muito menos das relações sociais capitalistas.

³ Sobre liberdade substantiva, ver Mészáros (2002). O autor a contrapõe a liberdade formal burguesa, e a defende como liberdade real.

conservadorismo, visto que é preciso consolidar uma visão de mundo fetichizada, que interdita a apreensão materialista, histórica e dialética da realidade e invisibiliza suas contradições e a força social e política das classes, no movimento desse concreto. Difunde-se a destruição da razão e expande-se o irracionalismo. Assim, a história aparece como algo superficial e incognoscível, portanto, seu conhecimento é manipulado pelas ideias dominantes.

A intensificação das contradições histórico-sociais é determinante à articulação do pensamento conservador e suas correntes. Os abalos sociais, as sensações de angústia e insegurança, configuram à tarefa ideológica da burguesia de apresentar elaborações formalistas, instrumentais e homogeneizadoras (COUTINHO, 2017, p.58), incapazes de uma apreensão racional da realidade. Em um período de grandes contradições, somente por meio da razão dialética, é possível torná-las tangíveis e por conseguinte, identificar possibilidades de transformação social.

Dessa forma, a base ontológica sobre a qual se inscreve o avanço ostensivo do conservadorismo na atualidade, é a atual crise estrutural do capital, junto às estratégias dominantes operadas para recuperação do capital e às suas consequências societárias.

[...] a duplicidade de orientações que marca a filosofia da decadência encontra seus fundamentos nas características distintas da economia capitalista, na capitulação espontânea do pensamento imediatista às formas fenomênicas assumidas pelo ser social do capitalismo. Reside também aqui a gênese da relativa supremacia que, em determinada época, cabe a uma e a outra dessas orientações. Ao analisar o ciclo da acumulação capitalista Marx demonstrou a necessidade da alternativa entre períodos de expansão e períodos de crise [...] Também diante desse processo dialético, a consciência burguesa tende a operar de modo unilateral, fetichizando e autonomizando momentos parciais de um processo sintético (COUTINHO, 2017, p. 62).

A crise é um momento prenhe da luta de classes e o conservadorismo se põe como uma reação às transformações societárias na direção da possibilidade revolucionária e age em defesa de privilégios, das tradições e do *status quo*. Assim como podemos observar na história a emersão do conservadorismo clássico (1789-1914), moderno (anos finais de 1910 aos anos finais de 1960) e do neoconservadorismo (a partir dos 1970).⁴

Em especial, é nesse último período que se instaura as condições sociais históricas da atual ofensiva do conservadorismo, em que as forças progressistas reagem à barbárie social e são contidas pelo reacionarismo dominante. Uma grave crise com a dispensa massiva de

⁴ Cabe elucidar que entre essas formas de expressão do conservadorismo há denominadores comuns, as raízes são as mesmas, todavia, cada uma carrega em si as particularidades de seus respectivos contextos históricos e as mediações com o desenvolvimento das relações sociais vigentes.

trabalhadores/as e o aumento da precarização e da exploração dos que permanecem empregados/as. Articulam-se novas formas de expropriação (plataformização) e a perda sucessiva e progressiva dos direitos do trabalho. Resulta o aumento exponencial do desemprego e da informalidade, o achatamento brutal da renda dos/as trabalhadores/as e o recrudescimento das demais expressões da “questão social”.

Refuncionaliza-se o processo de decadência ideológica da burguesia, assimilando a defesa da sociedade capitalista, negando suas contradições e vendo a sociedade como um organismo funcional e a ameaça da organização dos/as trabalhadores/as como uma “disfunção social”, que precisa ser “corrigida”. A burguesia, de maneira mais explícita, deixa de defender os interesses da sociedade e passa a defender estritamente os seus interesses particulares, enquanto classe dominante. Evidencia-se o fortalecimento das extensões anti-modernas, anti-razão, anti-ciência e contra revolucionária, provocando um avanço na reprodução do racismo, do patriarcado, da xenofobia e da LGBTfobia.

No tocante a realidade brasileira, inicialmente, cabe assinalar que o nosso país se insere em um processo de internacionalização da produção capitalista sem que para isso supere as estruturas arcaicas manifestas em sua formação – traço que acompanhará toda a processualidade histórica do país. Essa mediação é muito importante para expressar o Brasil de hoje, calcado no âmbito da política no autoritarismo, na economia em um ultraneoliberalismo e no tocante aos valores em um ultrareacionarismo.

Em relação à mediação entre a atual crise brasileira (orgânica)⁵ e as condições para o avanço do conservadorismo, destacamos o ano de 2014, no qual se registra o retorno ao crescimento agressivo e crescente do desemprego, que atingirá no ano 2016, o patamar de 13,7%. O aumento do desemprego, por sua vez, incidiu sobre o aumento da taxa de informalidade, a queda no subconsumo da classe trabalhadora e o aumento exponencial da pobreza. Contraditoriamente, é nesse último ano, que se registra uma queda brusca nos investimentos destinados à política social da assistência e intensificam-se as contrarreformas do Estado, operadas pelo governo provisório de Michel Temer (2016-2018) e intensificadas pelo governo Bolsonaro . Observando o perfil da fração mais empobrecida da população, constatamos uma composição racial e de sexo, pois, fundamentalmente, os/as mais afetados/as são as mulheres negras (BARBOSA, 2020).

Uma crise dessa dimensão torna a reação conservadora da classe dominante mais profunda e abrangente, que passa a envidar esforços na reedição do passado como alternativa,

⁵ Ver Gramsci (2000; v. 02 e 03).

aquele que para essa classe deu certo (um passado mítico). São nesses termos que um projeto de ultradireita ascende à presidência da república brasileira, não como a alternativa mais viável para os projetos das elites políticas no país, mas aquele que se impôs. Ativou-se um modelo de Estado autoritário, conservador, armamentista e em permanente iminência de estado de guerra, evidenciando assim, seus traços neofascistas, também, funcionais às referidas elites.

Nesses tempos de pandemia (Coronavírus- Covid 19), as consequências societárias da crise se complexificaram, as desigualdades sociais se recrudescem, inclusive, sob a batuta de um programa de governo ultraliberal, que para garantir a liquidez do mercado, liberou 1,2 trilhão para as instituições financeiras, enquanto foram apenas gastos 166,9 milhões de reais (dos 254,2 bilhões autorizados) com o auxílio emergencial⁶ para população⁷. Nessa direção, por um lado, adensa-se os custos sociais da crise brasileira e de outro o projeto conservador e ultraneoliberal do Estado.

Conservadorismo e ideologias dominantes

Como vimos, a ideologia burguesa e o seu culto ao individualismo, imediatismo, a competitividade, a defesa do livre mercado, cria um solo propício para a propagação de seus ideais aliados ao neoliberalismo e ao conservadorismo.

A essa altura, identificadas as determinações concretas para o avanço de mais uma investida conservadora, cabe-nos elucidar o entendimento sobre o conservadorismo, seus fundamentos e expressões.

De acordo com Marilda Iamamoto, (2000, p. 21-22), o conservadorismo é “[...] fruto de uma situação histórica específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista.” Articulado pelos nobres e aristocratas em nome da manutenção de seus privilégios e tradições, o conservadorismo se expressa como uma reação contrária às transformações decorrentes da emergência da modernidade, da ascensão da burguesia como classe dominante e do desenvolvimento do capitalismo. Portanto, um movimento na sua forma clássica que se firma como anti-moderno, anti-burguês e contrário ao pensamento ilustrado.

Cabe-nos resgatar que a tarefa ideológica da burguesia em seu momento revolucionário foi à conquista da realidade pelo pensamento ilustrado, fundamentado em uma razão que

⁶ Benefício Social criado pela Lei 13.982/2020 e regulamentado pelas Medidas Provisórias 937/2020, 956/2020, 970/2020 e 988/2020.

⁷ Esses dados estão disponíveis no site da Auditoria Cidadã da Dívida, disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/> Acesso em 13 de agosto de 2020.

elucidava as determinações concretas do real, em que as barreiras naturais recuaram e o homem pôde revelar-se como ser social; compreendido como resultado de suas relações com outros homens e com a própria natureza.

Um dos expoentes do pensamento conservador do século XVIII e XIX foi Edmund Burke (1729-1797) que se posicionou firmemente em defesa das estruturas tradicionais da igreja, da nobreza, da aristocracia e do Estado-monárquico. Para este autor as revoluções representavam a decadência e a degradação da ordem e das tradições estabelecidas. Segundo, Leila Netto (2011) reside no pensamento de Burke uma tensão embutida

[...] sem recusar o desenvolvimento da nova riqueza das nações [...] recusa as necessárias implicações socioculturais [...] quer a continuidade do desenvolvimento capitalista sem a ruptura com [...] o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada [...] (Idem, p. 45).

Para Burke (1982) as posições de poder na sociedade são exercidas por “homens iluminados”, de “honra”, que possuem “virtudes” e “dons” concedidos por Deus. Sendo, portanto, qualquer tentativa de destruição dessas estruturas, seriam atentados contra a própria vontade divina.

Ainda um defensor intransigente da família e da propriedade privada “[...] o poder de perpetuar nossa propriedade em nossa família, é um de seus elementos mais valiosos e interessantes, que tende, sobretudo, à perpetuação da própria sociedade” (BURKE, 1982, p.83).

Em relação ao conhecimento como anteriormente posto, oponente movimento de ilustração, Burke (1982) concebia que toda sabedoria e toda a moral era adquirida e repassada às gerações futuras pelas experiências dos ancestrais, estendendo assim a valorização e perpetuação das tradições.

Conforme tais elaborações, apesar do conservadorismo ser um movimento amplo e heterogêneo, que vai assumindo significados e expressões em sua processualidade histórica, alguns de seus denominadores comuns são: contrarrevolucionário, tradicionalista, irracionalista, defensor das instituições, da ordem, da hierarquia, da propriedade privada e da família. E nesse sentido, argumentamos: respeito à tradição, lê-se ao tradicionalismo; valores morais rígidos, lê-se moralismo; apologia à família, lê-se à família nuclear heteropatriarcal burguesa e branca.

Nessa medida, a sociedade é apreendida como

[...] constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade. Os elementos sagrados, irracionais [...] são valorizados, em

contraposição ao primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade" (IAMAMOTO, 2000, p. 24).

Com o processo de decadência ideológica da burguesia, quando esta deixa de ser classe revolucionária e passa a ser classe conservadora, a sua tarefa ideológica passa a ser, limitar quando não, negar o papel da razão no conhecimento e na práxis social. Assim, "A fonte de inspiração do pensamento conservador provém de um modo de vida do passado, que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista" (Idem, p. 22).

A consolidação do capitalismo monopolista e a extensão do seu desenvolvimento são as condições históricas, em que se firma, segundo Souza (2015, p. 06) um giro do conservadorismo em seu próprio eixo, o que lhe permitiu "[...] transpassar de reação à modernidade para posições supostamente progressistas [...]", visto que as contradições reais e exponenciais desse tempo histórico, exigiam, ainda conforme Souza (2015), novas bases ídeo-políticas.

O conservadorismo moderno, todavia, não incorporou tais ressignificações sem restrições, preservou suas tradicionais ressalvas aos valores que podiam ser assimilados. Pondo-se contrários às utopias revolucionárias, bem como ao reacionarismo recrudescido do passado. Afirmam-se defensores do presente, desistoricizando as relações sociais e interditando a noção do *devoir*, o que elimina à perspectiva de transformação social e de construção de um projeto societário alternativo.

Pensadores influentes do conservadorismo moderno foram Michel Oaskeshot (1901-1990) e Russel Kirk (1918-1994), para os quais o conservadorismo está relacionado muito mais a uma posição que o indivíduo expressa em relação a realidade, do que um arcabouço teórico-metodológico e ídeo-político. Portanto, ser conservador significa, na concepção desses autores, uma inclinação a pensar e comporta-se de determinada forma: um modo de ser conservador.

Assim, o conservadorismo moderno reforça como determinante comum o profundo caráter contrarrevolucionário e sua estreita relação com a manutenção da ordem. E, ao esvaziar-se de um caráter reacionário, a viabilidade de sua articulação na defesa do capitalismo e sua aproximação ao liberalismo.

Nesse processo, a religião e o mitológico são utilizados para justificar ações reacionárias e até mesmo, violentas. Tudo é em nome de "Deus", "Deus está acima de tudo" e com essas ideias, há uma irracionalização/mistificação que leva, por um lado, à desresponsabilização e despolitização das relações sociais antagônicas e do Estado capitalista como protagonistas das violências e desigualdades, por outro, à responsabilização/culpabilização de indivíduos (especialmente as mulheres negras e pobres) pelas expressões da questão social. Ou seja, há um

deslocamento da análise das relações sociais de classe, sexo e raça, entendidas aqui, como estruturantes da questão social, para a culpabilização moralizante dos indivíduos racializados, pobres e, destacadamente, do sexo feminino.

Há, portanto, uma nítida aliança orgânica entre neoliberalismo e conservadorismo que é intensificada em momentos de crise, como nos explica István Mészáros (2002, p. 272),

[...] quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução, manifestando-se de maneira dramática também no nível do sistema geral de valores [...]. Os porta-vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e “disfunções” cada vez mais freqüentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos “valores básicos”.

Em poucas palavras, nosso entendimento é que, com o neoliberalismo, ou seja, com a redução da reponsabilidade social do Estado em relação às expressões da questão social e a mercantilização das políticas sociais, aumenta-se a necessidade de responsabilização das famílias (lê-se das mulheres) diante da ausência e/ou impossibilidade financeira de acessar políticas sociais mercantilizadas, como a saúde e educação. Nesse fito, com precisão, elucida Mota (2012, p. 04), sobre a atual fase de acumulação capitalista:

A mercantilização da esfera da reprodução é também um dos novos traços desta fase, a repercutir em dois níveis: na expropriação e mercantilização de atividades domésticas e privadas não mercantis e na superexploração dos trabalhadores e das famílias. A privatização dos serviços os impele a retirar parte dos seus salários para comprar seguros e planos privados de saúde, complementação das aposentadorias e educação; particularmente, no caso das mulheres dos países periféricos, além das duplas jornadas de trabalho, são obrigadas a incorporar, como parte das suas atividades domésticas, um conjunto de afazeres que deveria ser de responsabilidade pública, a exemplo dos cuidados, dentre outros serviços.

Fica explícito, portanto, que o apelo ideológico à “defesa” da família tradicional brasileira, bandeira central no projeto neoconservador, não é algo meramente moral, mas, como toda ideologia dominante, guarda interesses de classes dominantes, ao naturalizar relações materiais de dominação e desigualdade. Nesse sentido, Mauro Iasi (2002, p. 95) afirma que, no pensamento marxiano, o termo ideologia está “inseparavelmente ligado à necessidade [da] [...] consciência justificar determinada relação de dominação, e, portanto, de velamento, inversão e naturalização de relações sociais que marcam o domínio de uma classe sobre outra”.

Na particularidade da ideologia em que a família tradicional é um dos seus elementos fundantes, observamos uma relação direta com a sustentação do patriarcado, posto que esse “modelo” de família é um dos seus pilares (CISNE; SANTOS, 2018). Nesse sentido, a chamada

família tradicional (monogâmica – para as mulheres - heterossexista, branca e nuclear burguesa), dá sustentação ao patriarcado, entendido como o sistema de exploração e opressão das mulheres (SAFFIOTI, 2004). Tal sistema, por sua vez, é absolutamente serviente ao modo de produção capitalista, a medida em que a naturalização da divisão sexual patriarcal do trabalho garante, em grande medida, a reprodução da força de trabalho de maneira gratuita, com o trabalho doméstico, emocional e procriativo (geração e cuidados com as crianças) realizados pelas mulheres, de maneira não remunerada⁸.

A defesa da família tradicional, portanto, além de provocar opressões sobre outras expressões familiares, especialmente, as formadas por casais homoafetivos, desdobra-se em duas dimensões que são dialeticamente indissociáveis:

Ideológica: naturalização de papéis sociais conservadores às mulheres

Material: a superexploração das mulheres no corpo, trabalho, produtos do trabalho e no tempo que são **apropriados gratuitamente** pelas famílias e pelo mundo do trabalho⁹ (destaque nosso).

O entendimento conservador e neoconservador de família, encontra base sustentação na teoria positivista que a concebe como “base da sociedade”, portanto, responsável pelo “equilíbrio” e “bem-estar” sociais e por conseguinte, qualquer “mazela” ou “desequilíbrio”, são de responsabilidade da família, mais precisamente, das mulheres, especialmente, as mães.

Essa perspectiva conservadora sobre a família (lê-se mulheres), rebate diretamente nas políticas sociais de “combate à pobreza” desenvolvidas no Brasil, pois, segundo Betânia Ávila (2009, p. 82), “sustentam-se no trabalho das mulheres, as quais são chamadas a participar, sobretudo como ‘mães’ e também como ‘donas de casa’. Assim, reificam-se esses papéis para legitimar esta forma de exploração e operacionalizar as políticas a um custo baixo”.

É com essa diretriz que comungamos do entendimento de que há um familismo patriarcal na organização neoliberal e conservadora dos sistemas de proteção social, na qual as políticas públicas entendem as famílias como as principais responsáveis pelos seus membros e, por sua vez, as mulheres são as principais responsáveis pelas famílias, dentro da perspectiva patriarcal que marca a nossa sociedade.

Assim, o conservadorismo em suas diversas expressões firma nítidas marcas na formação elitista e patriarcal do Estado brasileiro, com forte influência na forma moralizante de interpretar e enfrentar as expressões da questão social. Logo, o patriarcado é algo que deve

⁸ Para um melhor aprofundamento sobre divisão sexual do trabalho, patriarcado e reprodução social ver: Saffioti (2004); Cisne e Santos (2018); Cisne (2012); Kergoat (2009).

⁹ Sobre apropriação ver Guillaumim (2014).

ser foco da atenção crítica do Serviço Social, para que não ratifiquemos, como nas protoformas da profissão, a responsabilização das mulheres pelas diversas expressões da questão social (CISNE, 2012), tampouco sejamos reprodutoras do racismo e do elitismo que também mascaram a questão social. É nesse sentido, que defendemos a perspectiva classista, feminista e antirracista como fundamental para o processo de “renovação” profissional.

Conservadorismo e Serviço Social no Brasil contemporâneo: desafios ao *continuum* da “renovação” profissional

É possível constatar na atual realidade brasileira que o discurso de combate ao “terrorismo” de esquerda, ao marxismo, à ciência e à corrupção, sustentado pelo mito de “O Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” e da defesa da família tradicional, da Lei e da ordem, vem sendo acompanhado pelo alto índice de desemprego, pela política de privatizações, pelos cortes de direitos sociais e trabalhistas, e pelo aumento crescente da pobreza e da violência em suas diversas expressões. Em uma forte ofensiva conservadora, o país vivencia a legitimação de raízes fincadas no processo sócio histórico em que se evidencia o racismo, a misoginia, o machismo, a lesbo-homo e transfobia, a intolerância religiosa, o moralismo e a militarização da vida cotidiana.

Esse cenário político e ideológico contribui para a constituição de um movimento reacionário no interior do Serviço Social, tendo em vista que a profissão não é imune a tais mediações, visto ser ela própria expressão e resultado das relações sociais. Nas palavras de Barroco (2015, p. 634): “A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários”.

De acordo com Barroco (2011, p. 213), “não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas”.

Com efeito, no interim da atual conjuntura brasileira, há várias frentes de investidas do conservadorismo no Serviço Social, como: a capitulação diante da ideologia neoconservadora pós-moderna; o esvaziamento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos que sustentam a formação e o trabalho profissional; prescrição da profissão pelos manuais das políticas sociais, em detrimento da direção social e estratégica da profissão; o tecnicismo profissional que assinala para construção de um perfil profissional jurídico-normativo e pretensamente neutro.

Isso posto, delimitamos como abrangência de nossa análise, considerando os objetivos

e os limites do presente artigo, a referência tecnicista como tendência de rearticulação do conservadorismo em nossa profissão e que se expressa no denominado “Serviço Social Libertário”, o qual tece críticas relacionadas aos ideais presentes na hegemonia da categoria profissional, bem como delinea a defesa da garantia dos direitos sociais pela via do livre mercado, ou seja, ratifica a perspectiva neoliberal e neoconservadora, a qual tecemos reflexões críticas no item anterior.

Dessa maneira, o Serviço Social Libertário possui como princípios basilares:

A defesa da pluralidade teórica para a atuação profissional, para o ensino e produção acadêmica; o fim do monopólio CFESS/CRESS e abertura de espaço para outras entidades de representação; a abertura e/ou ampliação de novos espaços de trabalho para além do Estado e da propagação e desenvolvimento de ideias libertárias/liberais para o Serviço Social brasileiro (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2019).

Almejam um Serviço Social que desconsidere a luta de classes e a perspectiva de uma nova ordem societária, além de denegar a importância histórica do Conjunto CFESS-CRESS no protagonismo da “renovação” profissional. Para fundamentar suas proposições, o Doutor Edson Oliveira - professor associado do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Toledo - elaborou 23 Teses para o que denomina de reforma do Serviço Social brasileiro, e que fundamentam o resgate da identidade e da cultura profissionalizante e criticam, dentre outros elementos, o “idealismo” presente na profissão, ao considerar que a atuação profissional pauta-se em um discurso ilusório, sem materialidade na realidade.

Em suma, este documento visa a “renovação” do Serviço Social por meio do resgate das raízes da profissão; da adequação da instrumentalização desenvolvida por Mary Richmond para a atualidade; da manutenção da centralidade no ser humano; da dissociação da profissão da militância; do fim da hegemonia vinculada à teoria social crítica; da desarticulação da defesa de toda causa social; da defesa que as entidades devem preocupar-se com a regulamentação de novos espaços como o Serviço Social clínico e não em levantar bandeiras de luta; da superação da hegemonia política, partidária e ideológica e da separação da profissão da militância para que a profissão se dedique ao que realmente importa: “‘o que faz o Serviço Social’, ‘como faz’, ‘quais os resultados esperados do que faz’ etc” (OLIVEIRA, 2017, p. 30).

Para fins didáticos e com o intuito de elencar argumentos que contraponham o exposto, de maneira a fundamentar as críticas que teceremos, reunimos essas teses em grupos alinhados pela mesma discussão. Assim, temos as teses que discutem: a reforma do Serviço Social (01,

14, 15, 20 e 22); as demandas e o objeto de atuação profissional (03, 07, 08, 09, 10 e 18); a identidade profissional (04, 05, 06, 16 e 19); o pluralismo (02, 11, 12, 13, 14 e 17); e a nova configuração do Serviço Social (21 e 23). Posto isto, discutiremos cada grupo a seguir.

a) Reforma do Serviço Social (Teses 01, 14, 15, 20 e 22).

Segundo Oliveira (2017, p. 03), “**reformular** o Serviço Social é resgatar a essência de sua origem como profissão de intervenção humano-social e como ciência social aplicada, diferente do rumo que vem tomando, de uma ‘profissão militante político-ideológico partidária’” (Grifos do autor).

Em outras palavras, a reforma pretendida é para resgatar a origem de uma profissão que não questionava o que estava posto, intervia junto a população de “forma técnica” (pretensamente neutra) e descontextualizada. Dessa maneira, objetiva-se desvincular da profissão sua inerente dimensão política, o exercício da práxis e da defesa dos direitos sociais, tento em vista que este posicionamento é considerado ideológico, partidário e que retira o caráter técnico da profissão.

Partindo deste pressuposto, Oliveira (2017) afirma que se faz necessário dar respostas materiais as demandas dos “clientes” e desvincular a formação profissional da militância.

É preciso resgatar a leveza de ter simplesmente, como todas as demais profissões, um código de ética profissional, que simplesmente trate das relações entre os direitos e deveres dos profissionais em relação a si, aos demais profissionais, aos seus **clientes** e aos valores universais de dignidade e ética humana (Idem, p. 21; destaque nosso).

Destacamos que quanto à denominação do público-alvo da profissão como clientes e não usuários, não se trata de mera questão semântica. Para nós, clientes remetem à dimensão mercantil dos serviços, esvaziando o sentido dos direitos. Pleiteia-se, ainda, a redução do código de ética a um instrumento legal-normativo esvaziado da reflexão sobre as demandas sociais, sobre as condições de vida dos sujeitos no íterim da ordem do capital, bem como sobre a interferência dos elementos políticos, econômicos, ideológicos e culturais nas escolhas individuais. Desse modo, a reforma do Serviço Social brasileiro busca resgatar a redução da profissão ao tecnicismo, assim como a identificação exclusiva com os interesses endógenos da categoria profissional, eliminando à perspectiva de articulação do projeto profissional a um projeto societário e sem aderir a qualquer bandeira de luta política.

b) Demandas e o objeto de atuação profissional (Teses 03, 07, 08, 09, 10 e 18).

De acordo com Oliveira (2017, p. 07), atualmente, “a preocupação com a intervenção e em dar respostas do COMO fazer é considerada coisa pequena, diminuta, desprezível, sem

importância”. Conforme as teses supracitadas, o autor afirma que a profissão, a partir do marxismo, limita-se a reduzir o que é da sua competência, bem como se fecha em discursos ideológicos sem materialidade na realidade.

Em sua visão, o autor deixa de mergulhar nos fundamentos materialistas da teoria marxista para reduzi-la a um fosso ideológico que esvazia a formação e compromete o trabalho profissional. Desse modo, Oliveira (2017) menospreza, apesar de defendê-la, a criticidade da realidade para além dos “berros e gritos” (Idem) que chegam nas instituições públicas.

Ademais, para o autor, outro elemento que deve ser revisto nas demandas é o objeto da atuação profissional e a centralidade das expressões da questão social.

É nosso dever retomar as origens e reformar o Serviço Social e recolocar sua centralidade no ser humano, não mais como um ser isolado, mas como um ser conectado ao seu meio. Desse modo, recolocaríamos esse ser não como vítima de um sistema, mas como autor de sua história, do desenho das ações concretas as quais podem dar esperança no enfrentamento de seus desafios cotidianos (Idem, p. 12).

Ou seja, a centralidade da nossa atuação deve ser o indivíduo, uma vez que considerar a relação existente das condições objetivas e subjetivas inseridas em uma estrutura social desigual é vitimizar o sujeito. Conseqüentemente, a meritocracia é validada como fundamento para as nossas escolhas. Aqui, há uma armadilha perigosa que pode nos levar facilmente à responsabilização dos indivíduos em detrimento da análise crítica e na perspectiva da totalidade social, que nos permitem a apreensão das determinações concretas que estruturam a questão social. Esta última não nos impede, muito pelo contrário, de considerar as singularidades dos sujeitos, com o fito de buscarmos alcançar as mediações das particularidades das múltiplas expressões da questão social que trabalhamos.

Dito isso, é possível afirmar que fazemos nossa história como queremos? As condições objetivas não interferem na realização dos nossos planos, na construção da nossa história? Segundo Marx (2011, p. 25), “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

Dessa maneira, não podemos corroborar com a ideia de que o indivíduo é autor de sua própria história, sem considerar dialeticamente o processo social, histórico, econômico, político e cultural que determinam as dificuldades de se ingressar em uma universidade pública e no mundo do trabalho, por exemplo, e reproduzem preconceitos, discriminações e opressões que se expressam no âmbito da questão social e que estão presentes em nosso cotidiano e em nossa atuação profissional.

Assim, não podemos deixar de problematizar as circunstâncias que levam os sujeitos a procurar um/a profissional para viabilizar o acesso a seus direitos sociais. Isto não os tornam vítimas de um sistema, mas torna nossa prática profissional livre de estigmas sociais que cerceiam a liberdade de escolha, culpabilizam o indivíduo e moralizam as expressões da questão social.

c) Identidade profissional (Teses 04, 05, 06, 16 e 19).

Segundo Oliveira (2017), para que possamos continuar sendo uma profissão regulamentada, devemos nos identificar como uma profissão e não como uma identidade de classe. Desse modo, para superar esta identidade - construída em meio aos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 - é necessário que haja a superação da militância para que se tenha uma efetiva relação entre teoria e prática, pois

Enquanto a primeira [identidade como profissão] agasalha a diversidade, o diferente e faz a gestão do conflito em prol da profissão, a segunda [identidade de classe] é ideológica, oprime quem não pertence à classe hegemônica, é excludente, é sectária e opressora. E isso tem que mudar e a melhor estratégia é voltarmos a ser simplesmente uma profissão como as demais profissionais, salvaguardando e destacando as nossas especificidades como profissão do campo sócio-humano (Idem, p. 09).

Ou seja, acomodando-nos com o que está posto, agindo nas situações imediatas, sob o manto da aparência dos fenômenos sociais, construindo um perfil profissional capaz de intervir na realidade, planejar, criar estratégias numa perspectiva “técnica”, esvaziando a instrumentalidade construída pela profissão nas últimas décadas, que, por sua vez, baseia-se na articulação ineliminável entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

Ademais, as teses tratadas neste grupo levam uma crítica relacionada à formação profissional considerada como doutrinária e segue a defesa da Educação a Distância (EaD) por ser uma modalidade de ensino legítima.

Refletamos: é possível individualizar a problemática do acesso e permanência na educação superior? É possível afirmarmos que é apenas uma questão de opção cursar uma graduação a distância? E as condições econômicas e sociais destes sujeitos não interferem em sua suposta opção? Como o EaD representa a mercantilização e precarização da educação? Essas questões nos fazem refletir que o termo opção oculta a mercantilização da educação e escamoteia desigualdades sociais, econômicas e regionais das(os) estudantes, bem como das(os) profissionais que trabalham nessas instituições.

No mais, o Conjunto CFESS-CRESS tece críticas ferrenhas, não à/(aos estudantes e profissionais, mas “a política brasileira de ensino superior e [...] a expansão que não garante o acesso democrático ao ensino, tampouco assegura sua qualidade” (CFESS, 2011, s/p).

d) Pluralismo (Teses 02, 11, 12, 13, 14 e 17).

Estas teses possuem em comum a crítica ao marxismo como uma teoria insustentável, ultrapassada e por ser considerado uma ideologia fracassada que não pode ser adotada por uma profissão. Consideram que o marxismo se volta apenas para o discurso, para a idealização de uma realidade e a defesa da revolução, impedindo o pensar do como fazer com as demandas sociais.

Dessa maneira, critica-se o pensamento hegemônico por estar vinculado a uma única matriz teórica sem abrir para o pluralismo de ideais e de correntes teóricas, considerando que quem não é marxista defende as “mazelas” do mundo. Além disso, afirmam que o pluralismo defendido pelo pensamento hegemônico não aceita produções que não sejam do politicamente correto e marxista.

À vista do exposto, evidencia-se uma nítida distorção em torno do que seja hegemonia e pluralismo, pois, de acordo com Ramos (2009, p. 43),

O entendimento de que, em uma profissão, existem propostas e grupos que conseguem se tornar hegemônicos, se funda em uma perspectiva analítica que concebe a hegemonia articulada ao pluralismo com direção social. Pode-se inferir que a hegemonia com pluralismo, no âmbito do projeto profissional, expressa a predominância de uma direção política, construída por meio de uma vontade coletiva, gestada por um processo não coercitivo e pressupõe a não eliminação ou repressão de interesses particulares contrários a direção predominante.

Dessa maneira, é incongruente o pensamento de que, no interior do Serviço Social, o pluralismo é uma falácia. Não obstante,

Vastas pesquisas documentam que é somente com o surgimento e desenvolvimento da teoria social marxista no Serviço Social brasileiro que se pode falar em pluralismo e diversidade de análise e de intervenção. Ou seja, é com o estudo sistemático da teórica crítica e democrática inspirada no marxismo que o Serviço Social ampliou seu “leque” de tendências teóricas e políticas no interior da profissão. O Serviço Social tradicional, marcado pelo sincretismo teórico e político com unidade conservadora foi, desde o surgimento da profissão até os anos 1980, aquele que deu a direção social à profissão. Agora podemos falar em pluralismo teórico e político no Serviço Social brasileiro, diversidade com direção social construída no debate qualificado e democrático daquilo que Leandro Konder adequadamente denominou de ‘batalha das ideias’ (CFESS, 2018, p. 02).

Esta teoria nos mune de reflexões pertinentes que nos levam para além do que está posto,

buscando apreender as raízes das demandas que não estão no indivíduo, como propõe o Serviço Social Libertário, ao ter a centralidade da atuação no ser humano. Sendo assim, as contribuições teórico-metodológicas do materialismo histórico dialético permitem delinear um exercício profissional alinhado aos interesses das/os usuárias/os dos serviços e programas sociais, bem como delimitar as nossas atribuições e competências de acordo com a nossa formação profissional.

Desta feita, não podemos corroborar com a afirmação de que o atual posicionamento político é responsável pela perda de espaços socio ocupacionais - a exemplo do Serviço Social clínico - tendo em vista que buscamos a articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas conforme o entendimento do significado social da profissão.

Por conseguinte, é imperioso ressaltar que a atual direção social da mesma requer princípios e valores que contraponham as demandas postas pela fase contemporânea do capitalismo e pela ideologia da pós-modernidade fundada na imediatividade, na fluidez das relações, na individualização dos problemas sociais, no apelo à ordem, na defesa da propriedade privada.

e) Nova configuração do Serviço Social (Teses 21 e 23).

Partindo do entendimento de que o objeto de atuação do Serviço Social deve ser centrado na realização humana, se faz necessário dar continuidade ao que Mary Richmond vislumbrou: **“sermos artífices das relações sociais, e hoje de forma contextualizada, podemos afirmar e sermos considerados como os profissionais Designers das relações sociais”** [grifos do autor] (OLIVEIRA, 2017 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 32). Ou seja, **“o serviço social no século XXI pode e deve ser uma ciência social aplicada na gestão do design de serviços sociais para o bem-estar e sustentabilidade humana”** [grifos do autor] (Idem, p. 36).

Destarte, devemos passar a criar projetos para aplicação na vida dos “clientes” e estes transformarem sua realidade. Mas é possível a realização humana em uma sociedade que nega as condições de se ter uma vida digna em prol do acúmulo de riqueza? Como ser profissionalmente realizada se os postos de trabalho estão sendo reduzidos em virtude da constante substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto? Como é possível a realização humana em uma sociedade na qual o progresso e riqueza de uma minoria depende, organicamente, do retrocesso e da pobreza da maioria?

Diante as indagações postas, ousamos dizer: é impossível um exercício profissional neutro; é importante resistirmos cada vez mais diante do avanço conservadorismo, sem

abdicarmos da reflexão crítica, da desmistificação da realidade, da desnaturalização das discriminações, opressões e explorações. Enfim, consideramos fundamental o aporte na teoria e no método marxista para a apreensão sócio, histórica, política, econômica e cultural das demandas que nos chegam. Não podemos ignorar as determinações concretas da estrutura e organização social e desprezar/menosprezar a relação existente entre negações de direitos, desmonte das políticas sociais públicas, aumento do exército industrial e assistencial de reserva com a reestruturação produtiva, a financeirização e a contrarreforma do Estado.

Destarte, fica nítido que as sustentações argumentativas do Serviço Social Libertário são prenes da possibilidade de retrocesso à profissão, essencialmente, reverberam-se sob às matrizes do conservadorismo, sob a manto da necessidade da tecnificação e da neutralidade. A profissão avançou nas últimas décadas, amadurecendo em suas várias dimensões formativas, organizativas, investigativas, do exercício profissional e da produção do conhecimento e nesse sentido, foi possível identificar o seu real significado sócio-histórico, que não pode se subsumir a uma razão instrumental da e para ordem burguesa.

Conclusões

Em tempos de crise avançam o conservadorismo e o irracionalismo, reiterações em favor de um *status quo* e do resgate de uma classe dominante decadente, intensificando a opressão e exploração de classe, sexo e de raça, mas também de sexualidade e de geração. Entretanto, dialeticamente, há construção de resistências e lutas contra-hegemônicas.

O movimento de contra hegemonia há séculos vem sendo construído, de geração em geração. Forjado no corpo da resistência nas fábricas, nas praças, nas casas, nos quilombos, esse movimento segue nas ruas, pois, para muitos/as, a resistência é a forma mais imanente de existência, visto o processo de dominação que transforma homens e mulheres em objetos/coisas, usurpando-lhes a própria condição de humanidade.

Contrário a essa perspectiva de resistência, o Serviço Social libertário reanima traços do conservadorismo na profissão. A articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa é basilar para a compreensão crítica das propostas de cunho conservador das 23 teses apresentadas pelo Serviço Social libertário. Ao defender a desvinculação da profissão da questão social, da militância, dos movimentos sociais, bem como da perspectiva crítica de análise da realidade envereda pela naturalização da miséria e da violência, contribui com a banalização e militarização da vida cotidiana, com a criminalização da pobreza calcificando as relações sociais capitalistas Além disso, tecnifica-se o exercício

profissional ao esvaziar o caráter de classe da questão social, individualizando/moralizando suas expressões.

Na direção contrária, o Projeto Ético Político, orientado pela defesa da emancipação humana, afirma o compromisso do Serviço Social brasileiro com a problematização das condições objetivas de vida das/os usuárias/os, a defesa da garantia dos direitos sociais e da democracia, o pluralismo de ideias e correntes teóricas que comunguem com os princípios e valores da projeto hegemônico e os movimentos sociais como sujeitos políticos coletivos fundamentais, que evidenciam as demandas e inquietações da classe trabalhadora. Logo, a neutralidade tecnicista proposta pelo Serviço Social libertário, é um recuo à perspectiva crítica e comprometida com a classe trabalhadora no âmbito da profissão.

A defesa do Projeto Ético Político demanda a necessidade de lutarmos em defesa de uma formação profissional gratuita, presencial e de qualidade; de uma formação e atuação profissionais que prezem pelos princípios postos no Código de Ética de 1993; das novas diretrizes Curriculares (1996); da Lei que Regulamenta a profissão (8662/1993), dentre outros aportes éticos e normativos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), como as resoluções, que regulam a construção de uma profissão voltada aos direitos da classe trabalhadora/nosso público usuário e à diversidade humana. Isso nos exige ir além das demandas institucionais e transcender a aparência e o imediatismo que permeiam nossos espaços sócio-ocupacionais.

Para nós, é no movimento contra hegemônico associado ao referencial marxista, que o Serviço Social constrói seu processo de “renovação”. Desse modo, a resistência se constitui um meio pelo qual defenderemos nossos fundamentos, princípios e valores, afinal

Se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura: um patrimônio conquistado que é nosso, mas cujos valores, cujas referências teóricas e cuja força para a luta não foram inventadas por nós. Trata-se de uma herança que pertence à humanidade e que nós resgatamos dos movimentos revolucionários, das lutas democráticas, do marxismo, do socialismo, e incorporamos ao nosso projeto (BARROCO, 2011, p. 215).

Como partimos do entendimento de que o conservadorismo carrega nítidas marcas da formação elitista, patriarcal e racista do Estado brasileiro, logo a “renovação” do Serviço Social, é também tributária de uma luta classista, feminista e antirracista. Em outras palavras, enquanto houver conservadorismo, haverá a necessidade de resistir e insistir no processo de “renovação” profissional como um *continuum*, ou seja, um movimento dialético e ininterrupto contra todas as formas de opressão e exploração.

Referências

- ÁVILA, M. Betânia. **O tempo de trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominações, explorações e resistências**. Tese doutorado em Sociologia. Recife: UFPE, 2009.
- BARROCO, Maria Lúcia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 106. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 104. São Paulo: Cortez, 2015.
- BARROSO, Milena F. **“O começo do fim do mundo”**: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. Tese de doutorado em Serviço Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2018.
- BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França. Trad. Renato de Assumpção, Denis Fontes de S. Pinto e Carmen Lídia R.R. Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CANTALICE, Luciana. Neoconservadorismo na Produção do Conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o Projeto Profissional. **Temporalis** v.16, n.32, p.231-259, fev. 2017. Disponível em: <http://periódicos.ufes.br/temporalis/article/view/14199>.
- COUTINHO, Carlos N. **O Estruturalismo e a Miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Educação como direito e sem censura para a formação de Assistentes Sociais qualificados/as**. [CFESS Manifesta] Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-16Enpess-Site.pdf>. Acesso em 10 Jun. 2019.
- CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Educação não é fast-food!** Campanha diz não para a graduação à distância em Serviço Social. [CFESS Manifesta] Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/603> Acesso em: 13 Nov. 2017.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Novas Expressões, 2012.
- CISNE Mirla; SANTOS, Silvara Mara de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.8. São Paulo: Cortez, 2018.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 27-99.
- IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.
- KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. In: **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 86, março 2010.
- LUKÁCS, Gyorgy. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_brumario.pdf. Acesso: 08 Jun. 2019.
- MARX, K; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, Istiván. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORAES, Reginaldo C. O golpe de 2016, suas raízes. Perspectivas da resistência. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, pp. 79-88.
- MOTA, Ana Elizabete. “Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil

- e na América Latina”. In: **Configurações** [Online], 10 | 2012. Consultado em 19 abril 2019. URL : <<http://journals.openedition.org/configuracoes/1324>>
- NETTO, José P. Posfácio. In: COUTINHO, **O Estruturalismo e a Miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- NETTO, Leila E. **O Conservadorismo Clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, Edson Marques. **23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante**. Paraná, 2017. Disponível: <<https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZwoG5TFFzMW9VSUs2THM/view>>. Acesso: 17 Maio 2019.
- RAMOS, Sâmya R. Limites e possibilidades do Projeto Ético-Político. In: **Revista Inscrita**. n. 12. Brasília: CFESS, 2009.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. **Princípios do Serviço Social Libertário** [Post da rede social Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosociallibertario/posts/897486883928855?__tn__=K-R>. Acesso em: 10 de Jun. de 2019.
- SOUZA, Jamerson M.A. de. O Conservadorismo Moderno: esboço para uma aproximação. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. N.122, p.199-223 abr-jun/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0199.pdf>.